

# Confissão Tácita

Reassumindo o governo e defrontando-se com a imensa, hercúlea tarefa de dar cumprimento às suas promessas eleitorais, exigiu o sr. Getúlio Vargas uma série de leis de exceção, sem as quais — dizia ele — não seria possível vencer a conjuntura economica. Após muitas hesitações, o Congresso acedeu em armar o Govêrno da legislação pedida, não obstante evidentes fossem os seus perigos e a sua inconstitucionalidade. A propria União Democratica Nacional concedeu-a, depois de aparadas algumas excrescencias, e assim procedeu muito mais por esperteza politica, do que por patriotismo. Reputava o sr. Presidente da República indispensaveis tais instrumentos? Pois lhos daria ela, não na esperança de que os usasse convenientemente, mas na certeza que com êles cabalmente demonstrada perante a Nação seria a sua inepecia.

Não totalmente de condenar era o expediente do nosso maior partido de opposição. Tal se mostrava ainda o fanatismo popular inexplicavelmente formado em tórno de um homem, que faltava a todas as suas promessas e erigira a "tapeação" em norma de govêrno, que imprudente, de parte das forças politicas, seria fornecer-lhe uma justificativa para o seu inevitavel malôgro. Convinha seguir na correnteza, até chegar a ocasião de alcançar a salvo a margem.

O sr. Getúlio Vargas obteve, pois, todos os instrumentos que quis, para combater a carestia e a exploração a ela inevitavelmente ligada. Agora, decorridos dois anos de govêrno, cabia-lhe referir ao Congresso Nacional os resultados com êles obtidos. Tal exposição deveria constituir, senão a parte principal, pelo menos uma das partes essenciais da sua mensagem. Tinha a Nação interêsse em conhecê-la, tinha o Congresso Nacional, que tantas e tão perigosas transigências fizera, o direito de ser amplamente informado, quando mais não fôsse para julgar da conveniência de reformar ou revogar a legislação vigente.

Entretanto, por mais pasmoso que seja, nenhuma linha se encontra na Mensagem a respeito dos resultados da legislação extorquida ao Congresso Nacional. Aplicou-a o Govêrno? Aplicada, deu ela os resultados esperados? Demonstrou a pratica a conveniencia de a modificar? Nada, nada se encontra a tal respeito na mensagem. O que se sabe, e esta não diz, nem poderia dizer, é que a legislação de exceção e os órgãos por ela criados ou refundidos perturbaram a economia abriram margem aos maiores abusos e não detiveram a alta dos preços.

Sabe-se isto, porque todos o estão vendo e sofrendo. O silencio da mensagem é a confissão do réu que, calando, consente. Desnecessario seria viesse o sr. Getúlio Vargas proclamar a falência da sua politica, concedido que o seu govêrno tenha alguma politica. Os factos falam dolorosamente por si.

Falhou, como se previa, a legislação de exceção, cujo único efeito é travar e perturbar as actividades economicas. Mas, como o grande principio do sr. Presidente da República é deixar como está, para vêr como fica, o silencio da mensagem é muito mais que a confissão da falência: é a promessa de que prosseguirá a pratica dos processos falidos. E isto, sim, é grave. O réu é confesso, mas não parece repêso.